

Dívida pública sobe e chega a R\$ 1,021 trilhão

Despesa com pagamento de juros faz volume aumentar R\$ 11 bi no mês de março, apesar do resgate de R\$ 3,1 bi

A dívida pública do governo em títulos públicos subiu R\$ 11 bilhões em apenas um mês, por conta das despesas com juros. Entre fevereiro e março, o crescimento foi de 1,1% e a dívida mobiliária chegou a R\$ 1,021 trilhão. O aumento ocorreu mesmo com o resgate líquido de R\$ 3,1 bilhões, segundo nota conjunta divulgada ontem pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central.

No mês passado, a parcela da dívida, que é atrelada à Selic (taxa básica de juros), também chamada de pós-fixada, caiu de 50,95% do total para 49,55% do total. Para dar mais

previsibilidade aos pagamentos, é importante para o governo reduzir esse tipo de dívida.

Já a parcela da dívida prefixada ficou em 28,75% em fevereiro, contra 27,88%. Nesse tipo de papel, é possível saber antes o quanto se vai pagar no vencimento dos títulos. Em relação à dívida indexada a índices de preços, o total ficou em 21,23%, contra 20,46% em fevereiro.

O montante da dívida atrelado ao dólar agora está negativo em 1,59%, levando em conta as operações de "swap reverso" – o governo paga juros e, em troca, recebe a variação do dólar. Com isso,

o governo tem créditos a receber em dólar.

POSITIVOS – Para o coordenador de Operações da Dívida Pública, Ronnie Tavares, "todos os números são positivos", pois o crescimento da dívida está previsto no Plano Anual de Financiamento (PAF), que estima a possibilidade de o estoque total de títulos chegar ao final do ano entre R\$ 1,13 trilhão e R\$ 1,2 trilhão.

Tavares salientou que o perfil da dívida vem mudando gradativamente, com o objetivo de alongar os vencimentos. Por isso o volume de títulos prefixados na composição da

dívida aumentou de 27,88% em fevereiro para 28,75% em março, o que equivale a R\$ 293,56 bilhões.

Foi registrada no mês passado uma pequena elevação no prazo médio das emissões, que passou de 55 meses em fevereiro para 55,2 meses em março. Segundo a nota, esse aumento foi possível pela emissão de títulos indexados a índices de preços com prazos mais longos. O prazo médio do estoque caiu de 29,5 meses para 29,3 meses. Já a parcela da dívida que vence no curto prazo – até 12 meses – passou de 38,4% para 40,1%. (Agências Folha e Brasil)

GERVÁSIO BAPTISTA



Ronnie Tavares: perfil muda com alongamento dos prazos